

CRISE MUNDIAL DE 2008 E ADOÇÃO DE POLÍTICAS ECONÔMICAS PELO GOVERNO BRASILEIRO

Adalberto Dias de Souza¹
Marlon Juliano de Almeida²
Cristina Magiroski³
Marcos Junio Ferreira de Jesus⁴

SOUZA, A. D. de; ALMEIDA, M. J. de; MAGIROSKI, C.; JESUS, M. J. F. de. Crise mundial de 2008 e adoção de políticas econômicas pelo governo brasileiro. *Rev. Ciênc. Empres. UNIPAR*, Umuarama, v. 18, n. 1, p. 71-89, jan./jun. 2017.

RESUMO: O cenário econômico mundial, desde 2008, tem enfrentado um conturbado período financeiro, o qual vem intensificando a necessidade dos países em intervir, por meio de políticas econômicas, no contexto de suas economias. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo demonstrar como o Brasil foi capaz de superar os desajustes econômicos apresentados neste período, a partir de instrumentos de política econômica, viabilizando, de certa forma, que os reflexos da então crise, repercutissem de forma menos intensa no cenário econômico nacional. Para tanto, a metodologia utilizada caracteriza-se como análise estatística descritiva, sendo ainda inseridos dados identificados como de fontes secundárias, os quais, obtidos através de registros históricos e estatísticos. Os resultados encontrados demonstram que as medidas adotadas pelo governo brasileiro no período crítico propiciaram um crescimento consideravelmente elevado para vários setores que desde então vem rompendo marcas históricas de vendas dentro deste setor.

PALAVRAS-CHAVE: Crise internacional; Intervencionismo governamental; Políticas econômicas.

THE 2008 GLOBAL CRISIS AND THE ADOPTION OF ECONOMIC POLICIES BY THE BRAZILIAN GOVERNMENT

ABSTRACT: Since 2008, the global economic scenario has faced a troubled pe-

DOI: 10.25110/receu.v18i1.6213

¹Mestre e Doutor em Administração, Doutor em Geografia pela Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR. E-mail: ad.unespar@gmail.com

²Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR. E-mail: marlon.almeida82@gmail.com

³Graduanda do curso de Administração pela Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR. E-mail: magiroski007@gmail.com

⁴Administrador pela Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, Doutorando FGV/EAESP. E-mail: marcos_junio@hotmail.com

riod, which has intensified the need for countries to intervene through economic policies in the context of their economies. In this sense, this paper aims to show how Brazil was able to overcome the economic imbalances during that period, by the use of economic policy instruments, thus enabling the consequences of the crisis reverberate with less intensity in the national economic scenario. It used a descriptive statistical analysis methodology, with the insertion of identifiable data from secondary sources, obtained through historical and statistical records. The results show that the measures adopted by the Brazilian government during the critical period provided a considerably high growth in several sectors that since that period have been breaking historic milestones within this sector.

KEYWORDS: International Crisis; Interventionism government; Economic politics.

CRISIS MUNDIAL DE 2008 Y ADOPCIÓN DE POLÍTICAS ECONÓMICAS POR EL GOBIERNO BRASILEÑO

RESUMEN: El escenario económico mundial, desde 2008, ha enfrentado un turbulento período financiero, que viene intensificando la necesidad de los países en intervenir, a través de políticas económicas en el contexto de sus economías. En este sentido, el presente trabajo tiene por objetivo demostrar cómo Brasil fue capaz de superar los desajustes económicos presentados en este período, a partir de instrumentos de política económica, viabilizando, de cierta forma, que los reflejos de la entonces crisis repercutiesen de forma menos intensa en el escenario económico nacional. Para ello, la metodología utilizada se caracteriza como análisis estadístico descriptivo, siendo aún insertados datos identificados como de fuentes secundarias, los cuales, obtenidos a través de registros históricos y estadísticos. Los resultados encontrados demuestran que las medidas adoptadas por el gobierno brasileño en el período crítico propiciaron un crecimiento considerablemente elevado para varios sectores que desde entonces vienen rompiendo marcas históricas de ventas dentro de este sector.

PALABRAS CLAVE: Crisis internacional; Intervencionismo del Gobierno; Políticas económicas.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de todo o século VII, VIII e início do século XIX, o que prevaleceu foi o pensamento liberal, o qual se constitui num sistema político econômico baseado na liberdade individual, do ponto de vista econômico, político, intelectual e estatal (FARIA, 2008). Tendo como principais representantes Adam Smith, David Ricardo dentre outros, o liberalismo se fortaleceu em meados do século XIX, a partir da crença na automaticidade do pleno emprego por parte de

seus seguidores. Arraigava-se cada vez mais tal ideia, até porque, sempre que ocorriam perturbações na trajetória da economia, surgiam forças endógenas que faziam com que a economia retornasse a um estado de crescimento relativamente estável.

Essa crença era sintetizada pela Lei de Mercado de Say – Mill, fundamentada no argumento de que “a oferta cria a sua própria procura”. Constituía-se em uma doutrina que negava a possibilidade de deficiência da demanda agregada e do equilíbrio de subemprego. Contudo, esta crença foi seriamente abalada pelos acontecimentos dos anos de 1930. A economia mundial avançava para a pior depressão econômica de sua história e o desemprego alastrava-se por vários países. Em 1936, John Maynard Keynes apresentaria uma das maiores contribuições da história, a formação do pensamento econômico, intitulada: *A Teoria Geral do emprego, do Juro e da moeda*, a qual apresentava novas formas de pensar e agir, formas modeladas e mais paradigmas estabelecidos (HUNT, 2005).

As ideias de Keynes serviram de influência à macroeconomia moderna. Defendeu uma política econômica de Estado Intervencionista, que pudesse abrandar os efeitos adversos da Grande Depressão. Além disso, iniciou uma revolução do pensamento econômico ao se opor às ideias da economia neoclássica, que defendiam mercados livres. Para Keynes, os governos poderiam utilizar de políticas medidas Fiscais, Monetárias, Creditícias e Cambiais como instrumentos de ajustes econômicos. O objetivo de Keynes não era de modo algum destruir o sistema capitalista de produção, mas sim, defender a intervenção do estado na economia de forma a proteger e aperfeiçoá-lo de modo a unir o interesse social do Estado com a livre iniciativa Privada.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Políticas econômicas

Compreende-se política econômica como as ações tomadas pelo governo, que, se apropriando de instrumentos econômicos, buscam atingir determinados objetivos macroeconômicos. Inicialmente, o papel do governo é o de zelar pelos interesses e pelo bem-estar dos indivíduos de forma geral.

Walsh (2003) retrata sobre a existência da política econômica, a qual sempre estivera no centro da teoria macroeconômica, afinal, nasce em um período no qual se buscava entender as causas da grande depressão, ainda na década de 1930 e assim desenvolver políticas que levasse ao seu fim.

Em um mercado extremamente dinâmico, face às perturbações, os formuladores das políticas econômicas tentam garantir um sucesso no seu patamar de produto potencial e também na estabilidade econômica.

Rossetti (2000) salienta o importante papel dos governos Federais, Esta-

duais e Municipais dentro da economia de uma nação. Para o autor, as principais funções do setor público destacam-se em quatro áreas de grande abrangência, a saber: reguladora, provedora de bens e serviços, redistributiva e estabilizadora. A fusão dessas quatro funções básicas do governo possibilita um bom funcionamento do sistema econômico, viabilizando, assim, um bom resultado.

Cabe destacar a importância da função de estabilizar e controlar os grandes agregados econômicos, os quais, dentro dessa função do setor público, se dividem em: taxa de juros, crescimento econômico, nível de preços, taxa de desemprego, taxa de câmbio, etc. No entanto, para que se alcancem tais objetivos de forma eficaz, o governo utiliza um conjunto de políticas e instrumentos, dentre os quais se destacam as políticas monetária, fiscal e cambial.

2.2 Instrumentos da política monetária

A política monetária consiste no controle dos instrumentos de política econômica visando a determinar o comportamento dos agregados monetários (LEITE, 1994).

Brito (2004) em resumo, descreve a política monetária como um conjunto de medidas adotadas pelo governo, visando à adequação do principal meio de pagamento disponível às necessidades da economia do país, tendo, como principal executor, o Banco Central, o qual é encarregado da emissão de moedas, regulação do crédito, da manutenção do padrão monetário, do controle de câmbio e de disciplinar o mercado financeiro. Leite (1994) defende ainda o objetivo desta política que é o de controlar a demanda e assim conter a inflação.

Evidentemente, a opção entre esses tipos de objetivos deve ser feita à luz das necessidades da conjuntura econômica do país, e requer a coordenação racional dos instrumentos de política monetária e fiscal a fim de evitar a divergência dos seus efeitos e assegurar o atingimento dos objetivos colimados (LEITE, 1994, p.217).

Hillbrecht (1999) é mais específico e aponta como objetivos da política monetária a estabilidade de preços, da taxa de juros, do sistema financeiro, elevado nível de emprego, crescimento econômico e a estabilidade do mercado cambial.

Leite (1994) relata ainda o processo pelo qual a política monetária age sobre as variáveis macroeconômicas, sendo chamado de “mecanismos de transmissão de política monetária”. Tais mecanismos se resumem a duas fases distintas: a) a ligação entre as variáveis instrumentais e as variáveis políticas; e b) a ligação entre as variáveis de política monetária e os objetivos finais.

É importante lembrar ainda, o conjunto de instrumentos introduzido por Keynes, em que Brito (2004) descreve como sendo um conjunto de instrumentos

para controle de oferta monetária, a saber: as emissões, os depósitos compulsórios, as operações do mercado aberto (*open market*), o redesconto, os empréstimos de liquidez, a internalização de moeda internacional, os financiamentos de longo prazo, o crédito para o custeio dos governos estaduais, o crédito para custeio agrícola e ainda a fixação dos juros básicos da economia. Tais variáveis podem ser aplicadas pelo governo de forma restritiva ou expansionista a fim de que se alcancem objetivos macroeconômicos.

Assim, as variáveis políticas ou de controle monetário podem ser classificados de duas formas: agregados monetários que são os níveis das diversas definições da quantidade de moeda e as condições de mercado que podem ser representadas pelas taxas de juros de curto e longo prazo, pela disponibilidade de crédito ou pelo conceito de liquidez real, associado ainda a relação da oferta monetária e o nível do produto nacional bruto.

A política monetária tende a afetar os níveis reais da taxa de juros nominal, a oferta de moeda e a taxa média de inflação da economia Walsh (2003). Alguns aspectos da política monetária funcionam assim como estabilizadores automáticos, contribuindo para tornar a economia mais estável. Porém, como no caso da política fiscal, as políticas monetárias podem ser aplicadas de forma mais ativa para que se alcance diversos objetivos macroeconômicos.

Leite (1994) descreve ainda sobre uma preferência aos agregados monetários por parte de alguns economistas da linha monetarista, pelo fato de enfatizarem o efeito das variações da quantidade de moeda sobre o dispêndio agregado e sobre a inflação. Por outro lado, os economistas de ideologia keynesiana aderem sua preferência pelo controle das condições de mercado, pois acreditam destacar mais o efeito da taxa de juros e do crédito sobre os níveis dos investimentos, do emprego e da atividade econômica.

É possível perceber, como exemplo real disto, a interferência da política monetária em um simples controle de crédito, em que o governo por sua vez se apropria de tal política com o intuito de aumentar ou diminuir o dinheiro em circulação na economia, propiciando ainda aos bancos condições também de aumentarem ou diminuir suas capacidades de empréstimos, o que de certa forma acarretaria numa fomentação ou desaceleração generalizada no mercado.

2.3 Instrumentos de política fiscal

A desestabilização da economia força o reajustamento dos níveis da produção, fazendo com que o governo, no intuito de reduzir os efeitos negativos desses problemas, tente promover a estabilização econômica por meio de variações controladas no seu dispêndio ou tributações. Tais modificações dos gastos públicos e da tributação são denominadas de Política Fiscal (LEITE, 1994).

Jorge e Martins (2013) expõem que a política fiscal exerce influência

sobre a demanda agregada por diversos canais, seja de forma direta (por meio dos impostos e gastos e transferências correntes e investimentos públicos) ou de forma indireta (através do efeito multiplicador sobre o consumo e o investimento privados). Dessa maneira, pode-se dizer que a política fiscal pode influenciar o crescimento econômico, a curto ou longo prazo, levando à mudanças estruturais por meio de seus efeitos sobre os investimentos.

Neste sentido, a política fiscal pode ser compreendida como a atuação direta do governo na arrecadação de impostos e seus gastos, ou seja, no controle de suas receitas e despesas, sendo que, à medida que opera sobre o sistema de tributação determinam também, alterações nas despesas do setor privado. Cabe destacar que a política fiscal se divide em duas grandes partes: a política fiscal expansionista e a restritiva.

A política fiscal contracionista/restritiva em período de inflação ocasionada devia o excesso de demanda, os agentes responsáveis pelo direcionamento da política econômica podem fazer uso de instrumentos de combate à inflação (aumento da taxa de juros, contenção de gastos do governo, etc.) ou pode ser expansionista objetivando a manutenção ou aceleração o crescimento econômico (LANZANA, 2002; VASCONCELLOS, 2004).

Nas palavras de Moreira e Carvalho Júnior (2013) é o conjunto de operações que estão relacionadas aos dispêndios do Estado e aos recursos que este obtém para o seu financiamento além da influência que tais gastos e receitas exercem sobre a contração ou expansão da atividade econômica. Além de servir como controlador de distúrbios, a política fiscal é empregada sistematicamente para promover o controle da atividade econômica.

Em se tratando de gastos públicos, o grandioso poder da política fiscal quanto à estabilização da renda e do emprego, em curto prazo, é percebido quando usado com moderação e eficiência na construção da infraestrutura econômica e no fornecimento de serviços públicos à coletividade.

Nesse sentido, os gastos do governo afetam de forma positiva dentro do sistema econômico, pois quanto maiores forem os gastos públicos, maiores serão os investimentos, produzindo assim, um aumento múltiplo na renda nacional.

Assim, se a economia apresentar tendência para a queda no nível de atividade, o governo pode estimulá-la por meio do corte de impostos e/ou elevação dos gastos públicos.

2.4 Política cambial

Pode-se definir a política cambial como constituída pela administração das taxas de câmbio, pelo controle das operações cambiais, tendo como objetivo central o mercado externo no sentido de manter equalizado o poder de compra do país em relação aos outros com os quais ele mantenha contato (ESCÓSSIA,

2006).

Assim como todo preço, a taxa de câmbio é basicamente determinada pela “Lei da oferta e da procura”. Se a procura é maior que a oferta, o preço do dólar, em reais, sobe. Se a oferta é maior que a procura, conseqüentemente, o preço cai. São vários os fatores que podem influenciar a oferta e a demanda por dólares, daí a dificuldade que os economistas têm em prever o comportamento da taxa de câmbio.

O Banco Central é quem define o que os economistas chamam de política ou regime cambial. Existem duas políticas extremas. A primeira, chamada de política de câmbio fixo, que é uma taxa com que os países se comprometem afim de manter o mesmo poder de paridade. Assim, comprometem-se com o Banco Central a satisfazer qualquer oferta ou demanda por dólares que o mercado possa necessitar; isto é, o Banco Central entra no mercado de câmbio e diz que, para ele, o dólar vale dois e trinta centavos (2,30R\$/US\$), e garante a compra ou venda de qualquer quantidade de dólares que o mercado oferta esse preço. Neste caso o dólar fica parado em 2,30 R\$/US\$, porque o Banco Central anula, comprando ou vendendo dólares, qualquer seja a pressão de aumento ou queda de seu preço. A principal vantagem da taxa de câmbio fixo está na integração dos mercados internacionais em uma rede de mercados conexos, que não têm incerteza e nem são especulativos (ROSSETTI, 2000).

Rossetti (2000) salienta ainda que o outro tipo de política cambial é definido pela ausência do Banco Central no mercado de câmbio. As taxas flutuam livremente, respondendo aos efeitos da oferta e da procura. Temos, neste caso, o regime de câmbio flutuante, o qual possibilita o equilíbrio contínuo do balanço de pagamento. Quando um país, através do seu Banco Central, faz opção por um regime de câmbio fixo ou flutuante, é de suma importância que se tenha uma noção distinta do valor correto do câmbio para a economia naquele momento. O conhecimento desse valor autointitulado pelos economistas de câmbio de equilíbrio é o referencial que pode definir o sucesso de um regime de câmbio fixo, ou mesmo o bom funcionamento de um regime de câmbio flutuante.

2.5 Crise financeira de 2008: breves considerações

Conforme Faria (2009) o começo da crise econômica internacional teria ocorrido ainda em meados de 2001, com o furo da “bolha da *internet*”, no intuito de proteção aos investidores, quando o então presidente do Banco Central norte-americano, Alan Greenspan, decide direcionar os investidores para o setor imobiliário.

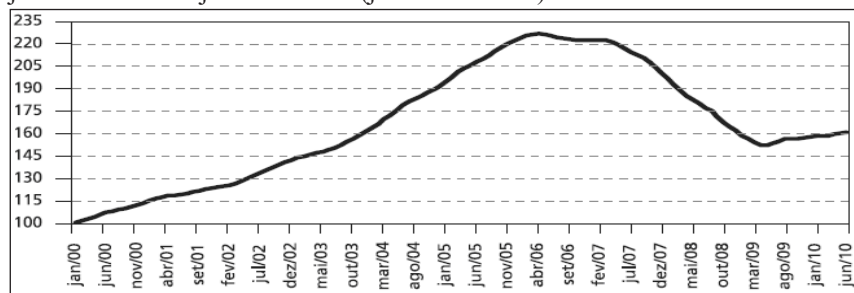
Tal postura fez com que fosse adotada uma política de taxas de juros muito baixas e de redução das despesas financeiras, induzindo assim os intermediários financeiros e imobiliários a incitar uma clientela a investir em imóveis,

principalmente através das agências financeiras *Fannie Mae* e da *Freddie Mac*, que já vinham crescendo muito, desde que diferentes governos dos Estados Unidos as usaram para financiar casas às classes menos favorecidas financeiramente. O governo por sua vez garantiu os investimentos feitos por essas duas empresas. Dessa forma, bancos de vários países do mundo, atraídos pelas garantias do governo, acabaram emprestando dinheiro às imobiliárias através de *Fannie Mae* e da *Freddie Mac*, que estavam autorizadas a captar empréstimos em qualquer lugar do mundo (MOREIRA e CARVALHO, 2013).

Foi assim criado o sistema das *hipotecas subprimes*, salientam Moreira e Carvalho (2013), sistema de empréstimos hipotecários de alto risco e de taxa variável concedidos às famílias tidas como frágeis, financeiramente. Na realidade, eram financiamentos de casas, muitas vezes conjugados com a emissão de cartões de crédito, concedidos às famílias que os bancos sabiam de antemão não ter renda familiar suficiente para poder arcar com suas prestações.

Conforme representado pela figura 1, o qual demonstra a oscilação do mercado imobiliário americano em períodos que antecederam a crise, como também nos períodos durante e pós-crise econômica, durante os de 2003 a 2006, houve crescimento do mercado imobiliário americano, sendo que, se manteve estável até meados de 2007, quando assume considerável queda em 2008, resultado da bolha imobiliária, voltando a se normalizar em 2009, quando adquire uma posição estável frente ao mercado.

Figura 1: Índice nacional de preços dos imóveis residenciais dos Estados Unidos, janeiro de 2000 a junho de 2010 (jan./2000 = 100)



Fonte: IPEADATA, 2010.

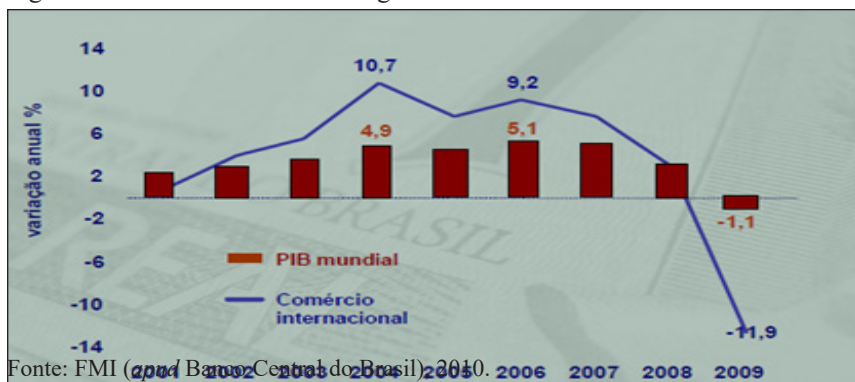
Num seguinte passo, os bancos que criaram essas hipotecas criaram também derivativos negociáveis no mercado financeiro, instrumentos sofisticados para transformá-las em títulos livremente negociáveis, que passaram a ser vendidos para outros bancos, instituições financeiras, companhias de seguros e fundos de pensão pelo mundo afora. Por uma razão que se desconhecida, as

agências mundiais de crédito deram a chancela de AAA - a mais alta- a esses títulos.

Quando a Reserva Federal em 2005 aumentou a taxa de juros para tentar reduzir a inflação, desregulou-se a máquina; o preço dos imóveis caiu, tornando impossível seu refinanciamento para os clientes tidos como *ninjas*, que se tornaram inadimplentes em massa, e esses títulos derivativos se tornaram impossíveis de ser negociados, a qualquer preço, o que desencadeou um efeito dominó, fazendo balançar o sistema bancário internacional, a partir de agosto de 2007.

Já no segundo semestre de 2008, após a falência de inúmeras instituições bancárias e não bancárias, em especial o banco de investimentos *Lehman Brothers*, a desconfiança dos investidores no sistema financeiro se propaga e resulta em movimentos de pânico em esfera global, atingindo o mercado de ações, de moedas de derivativos e de empréstimos, ocasionando uma queda brusca dos PIB's em âmbito global, conforme representado pela figura 2 (ASSUNÇÃO, 2010).

Figura 2: PIB mundial e comércio global



O PIB mundial durante os anos de 2001 a 2006 apresentou um relevante crescimento, em contrapartida, os períodos de 2007 a 2009, com a retração do comércio internacional, devido à crise que assolava toda a economia mundial, seus resultados se demonstraram totalmente fragilizados. A partir de então, foi possível perceber plena insegurança financeira, a qual ocasionou a necessidade dos investidores reposicionarem suas carteiras, ou seja, venderem suas carteiras de ativos mais arriscados e assim, desencadear quedas acentuadas em seus preços e também nas moedas mais fracas. Tal movimento teve por objetivo a busca por maior liquidez, o que provocou uma fuga para o dólar, a despeito de *Wall Street* ser até então um dos epicentros da atual crise (ASSUNÇÃO, 2010).

De acordo Acioly et al (2011), a crise sistêmica deste período ampliou a desconfiança entre as instituições financeiras, o que acarretou num bloqueio do fluxo de recursos nos mercados interbancários, estimados até então em US\$ 23,2 trilhões em março de 2008 pelo *Bank for International Settlements* (BIS). Como resultado, as taxas de juros vieram a subir abruptamente, instaurando uma tendência de contrações dos empréstimos bancários, deixando assim as pequenas e médias instituições financeiras ameaçadas por saques e cortes nas suas linhas de crédito.

Mesmo que os primeiros sintomas da crise tenham surgido ainda no primeiro semestre de 2008, no caso dos países em desenvolvimento, começa a se alastrar apenas em meados de setembro, pois, somente após a falência do *Lehman Brothers*, é que se pode observar o transbordamento generalizado para tais países. Sabe-se, entretanto, que nem mesmo aqueles com políticas econômicas consideradas sustentáveis se mantiveram intactos (ASSUNÇÃO, 2010).

Assim, para agravar ainda mais o cenário de incertezas nos sistemas financeiros, primeiramente devido à contração da demanda mundial de bens e serviços, e em seguida em decorrência da retração efetiva da economia global, ocorreu uma contaminação das cotações das *commodities* agrícolas, minerais, e de energia, as quais, exportadas pelos países em desenvolvimento, como Rússia, México, Nigéria e Brasil, dentre outros, tiveram ainda como consequência, grande depreciação em suas moedas (ASSUNÇÃO, 2010).

Ainda segundo Assunção (2010), o efeito – contágio da crise veio ocorrer a partir do momento em que a maioria dos governos dos países em desenvolvimento acionou um conjunto de iniciativas a fim de abrandar a depreciação de suas moedas e impactos sobre os sistemas financeiros domésticos. É possível salientar ainda, que foi realizado, por parte dos países em desenvolvimento, um conjunto de medidas monetárias e fiscais anticíclicas, contrariamente ao padrão de políticas econômicas adotadas em situações pregressas de instabilidade cambial e financeira. Lembrando que, em tais crises precedentes, a adoção de políticas restritivas, defendida pelos seus governos, tinha como objetivo, a reconquista da credibilidade dos mercados financeiros, a qual seria uma pré-condição para se obter o retorno dos fluxos de capitais externos.

No entanto, as alternativas de políticas disponíveis para que os países emergentes ampliassem seus raios de manobras através de uma gestão macroeconômica, com o intuito de se atingir níveis mais elevados de emprego e progresso social, não foram suficientes para torná-los imunes aos riscos sistêmicos inerentes à globalização financeira e as finanças de mercado. Cabe ressaltar ainda que, na América Latina e na Ásia, os regimes cambiais administrados até então (fixo ou bandas cambiais), se provam totalmente suscetíveis à apreciação da taxa de câmbio real e também a ataques especulativos, passíveis a cederem lugar a regi-

mes de câmbio flutuante e com graus diferenciados de intervenções, ou seja, são substituídos por um sistema intermediário onde a presença dos bancos centrais constitui as regras e não as exceções (ASSUNÇÃO, 2010).

3 METODOLOGIA

No desenvolvimento de trabalhos científicos, a metodologia da pesquisa adotada é fundamental para a estruturação e validação de seus fundamentos e resultados. O método consiste, de acordo com Gil (2007), nos artifícios intelectuais e técnicos adotados para a busca do conhecimento. Ainda segundo o autor, as técnicas de direcionamento para entendimento, partem do conjunto de preceitos e/ou processos utilizando-se de uma ciência, tornando-se favorável a prática que emprega habilidade na aplicação dessas normas ou preceitos.

Para a estruturação metodológica desta pesquisa foi utilizado para sua caracterização as classificações contidas em Gil (2007) relacionado ao método (dedutivo), quanto ao intuito (pesquisa aplicada), níveis de pesquisa (descritiva), análise e interpretação dos dados (análise estatística descritiva). Em relação aos levantamentos de dados, tal pesquisa incidiu de fontes secundárias.

Nesta pesquisa utilizou-se o método dedutivo, o qual segundo Gil (2007) é a forma mais apropriada para o alcance da verdade. Para tanto extrair-se do universal para o específico, tendo como resultado conclusões totalmente formais, acreditando-se ainda ser o processo mais apropriado para pesquisas de âmbito econômico, sendo adotado ainda por clássicos, resultando em inúmeras explicações para fatos dentro da economia.

Quanto à finalidade, caracteriza-se como pesquisa aplicada, que de acordo com Gil (2007), objetiva a geração de conhecimentos para explicações práticas conduzidas a solução de problemas específicos.

No âmbito de níveis de pesquisas é possível compreender que o presente estudo tem cunho descritivo. Gil (2007) relata que a pesquisa descritiva tem entre suas intenções primordiais, estabelecer relações entre variáveis e propiciar o levantamento de opiniões e atitudes. Além disso, a pesquisa descritiva oportuniza o deslocamento da simples identificação para a existência de relações entre variáveis, possibilitando determinar a natureza dessa relação.

A análise de interpretação dos dados foi a estatística descritiva, a qual oferece condições para entender alguns objetivos fundamentais, entre elas, identificação da força e direção das variáveis estudadas, ou seja, a partir dos dados levantados, os quais são formatados em gráficos e tabelas, torna-se possível a descrição e a interpretação das variáveis correspondentes ao período de análise do presente trabalho.

E quanto ao tipo de levantamento de dados, estes foram realizados por

meio de fontes secundárias, originárias, por exemplo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Ministério da Fazenda, as quais são obtidas através de estudos sobre registros históricos, e estatísticos, sendo os mesmos consistidos na elaboração de terceiros.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 O Brasil e os reflexos da crise de 2008

No Brasil os grandes impactos da crise mundial sobre as taxas de câmbio caracterizam indícios de que o mercado nacional não esteve imune aos movimentos de maior exposição em operações especulativas, as quais distinguem ainda as estruturas de financiamentos globais nos anos que antecederam 2008 (ACIOLY et al., 2011). Pode-se ainda complementar que tais evidências sinalizam a existência de um processo interno de dimensões plenamente desconhecidas e com real potencial de desencadear um quadro de total fragilidade sistêmica.

Os relatos das explicações para a emergência desse processo passam pela plena compreensão de três momentos distintos vividos pela economia brasileira durante os anos que antecedem a crise.

Em um primeiro momento anterior ao pico de instabilidade financeira internacional, o país exhibe um cenário de elevado otimismo com as atividades econômicas aquecidas, simultaneamente ao quadro de relativa euforia no campo financeiro, legitimado pelas sucessivas valorizações do índice da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). Tal período abre espaço para uma expansão de transações especulativas, em que se envolvem grandes corporações empresariais, bancos nacionais e internacionais.

Num segundo momento, assiste-se a ruptura das expectativas otimistas do período anterior, isto devido à quebra do banco *Lehman Brothers*. Assim, a disseminação imediata do pânico é somada ao pessimismo na economia justificada pela incerteza tanto sobre o grau de alavancagem do sistema financeiro como também sobre os participantes envolvidos em tais operações.

Num terceiro ponto, observa-se uma ligeira reversão do cenário negativo, isto devido às intervenções das autoridades econômicas, as quais estimuladas por novas valorizações no ambiente financeiro e também pelo retorno das expectativas otimistas já observadas no primeiro momento.

4.2 As Ações do governo brasileiro para reduzir os efeitos da crise

A partir do último quadrimestre de 2008, o Brasil passou a sentir mais fortemente os impactos da crise, onde o governo, por sua vez, praticou várias medidas a fim de reduzir seus efeitos, sendo que, tais ações tiveram o intuito de

abranger áreas de âmbito monetário, creditícia, cambial e fiscal, visando assim estabelecer condições favoráveis para um período de tão grande turbulência.

Nas áreas fiscal, monetária e creditícia, o governo brasileiro adotou tanto medidas gerais quanto ações específicas voltadas aos setores atingidos pela atual crise. Na área cambial, com o intuito de reduzir a volatilidade do preço do dólar e diminuir impactos da crise sobre o câmbio, o governo assumiu uma postura mais ofensiva, desenvolvendo leilões de dólares, redução integral da alíquota do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), em operações de câmbio, e operações com o Federal Reserve (Banco Central Americano), o qual disponibilizou para o Brasil conta em dólares para assim garantir um nível mínimo de liquidez no mercado cambial e, assim se manter entre as economias mais estáveis do complexo de países emergentes.

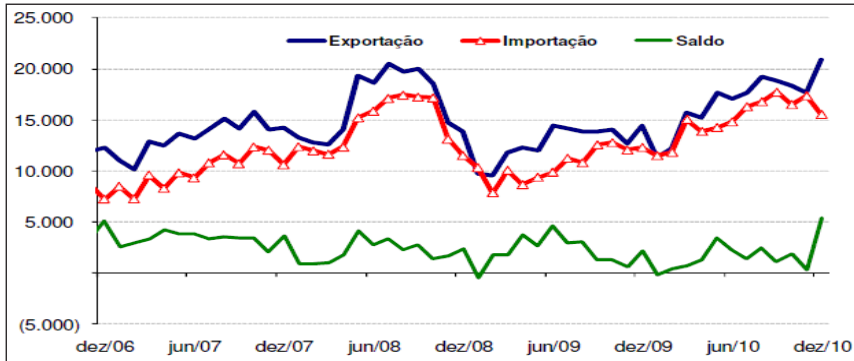
Nesse sentido, ainda em outubro de 2008, acreditava-se numa possível redução de retirada de capital estrangeiro do país, sendo que, em novembro deste mesmo ano, devido ao retorno de capitais internacionais, foi possível constatar que o Brasil se recuperaria de maneira relativamente rápida aos efeitos da crise, aumentando devidamente a confiança dos investidores na economia brasileira, a qual no momento de conflito econômico apresentou inflação controlada, dívida externa líquida negativa e a relação dívida pública e Produto Interno Bruto (PIB) completamente estável.

Seguindo no mesmo intuito de contenção da crise internacional, em outubro de 2009, o governo brasileiro, devido ao retorno de capitais externos ao país, instituiu uma alíquota de 2% para o IOF incidente na entrada de capitais externos designados as aplicações em ativos de renda fixa e variável no Brasil, com o intuito de reduzir a demasiada valorização do real frente ao dólar.

Como medidas de contenção à crise, o governo brasileiro intensificou seus programas de aceleração de desenvolvimento, os chamados PAC's 1 e 2. Assim, é visível o aumento de seus gastos, com o intuito de garantir o sucesso no desenvolvimento, como exemplos desses programas encontram-se: Bolsa Família, Fome Zero, Primeiro emprego, Minha casa minha Vida, Programa contra mortalidade infantil, apoio a Educação – ProUni, Bolsa Atletas, entre outros.

O governo brasileiro ainda praticou ações para propiciar estímulo ao comércio exterior, haja vista que o reflexo da crise também teria afetado as exportações brasileiras, as quais demonstraram fortes quedas a partir de julho de 2008. No entanto, a partir de março de 2009, devido boa parte das reservas internacionais terem sido destinadas a fim de facilitar as linhas de crédito aos exportadores, observa-se uma surpreendente recuperação do volume de exportações, embora inferior ao ano anterior.

Figura 3: Exportação e Importação Brasileira (US\$ milhões)



Fonte: Ministério da Fazenda, 2011.

A figura 3 apresenta o volume de importações e exportações referente aos anos que antecedem o período crítico e pós-crise, demonstrando que, durante os meses de dezembro de 2008 à junho de 2009, houve forte queda tanto nas importações quanto nas exportações brasileiras, sendo que, a partir de dezembro de 2009, tais variáveis apresentaram um crescimento.

Nesse sentido, com o intuito de abrandar a crise, é possível ainda destacar várias ações monetárias e creditícias que viriam possibilitar um aumento de liquidez na economia brasileira, contribuindo assim, para uma diminuição da taxa de juros real em 2009, ou seja, pode-se citar a redução dos depósitos compulsórios do sistema bancário e o aumento da oferta de crédito. Além destas, também foram adotadas medidas para evitar problemas de liquidez nas instituições financeiras nacionais. O Banco Central, no entanto, disponibilizou R\$ 24 bilhões para os grandes bancos, a fim de comprar a carteira de clientes dos bancos com menor estrutura, os quais apresentavam problemas de liquidez e de solvência. No mais, o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal foram autorizados a comprar ações e participações de instituições financeiras nacionais.

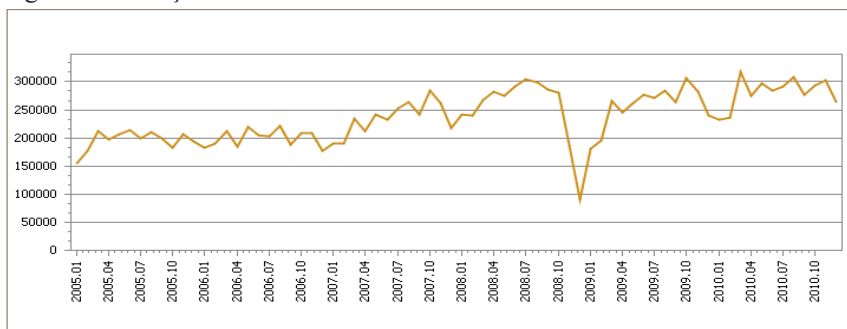
Quanto à Política Fiscal, o governo a tratou de forma distinta, pois as medidas tomadas anticrise, como redução de tributos e aumentos de gastos governamentais, vieram a resultar numa redução do *superávit* primário da União, onde a proporção do PIB caiu de 2,45% para 1,29% de 2008 para 2009. No entanto, o déficit nominal da União, comparado ao PIB, cresceu de 0,69% em 2008 para 3,44% em 2009.

Tais fatos só foram alcançados após o governo brasileiro aceitar a recomendação do Fundo Monetário Internacional (FMI) para controle da crise, promovendo, para tanto, uma série de medidas de estímulo fiscal. Chamados de instrumentos fiscais anticíclicos, o governo lançou então, a redução das alíquotas

de tributos com acento extrafiscal, conhecidos como IPI e IOF.

Em especial a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados, o IPI, ocasionou um aquecimento nas vendas e, conseqüentemente, na produção, evitando quedas acentuadas no nível de emprego. Tal redução teve duração inicial breve, partindo de dezembro de 2008 com o encerramento previsto para março de 2009, vindo a ser prorrogada para mais um ano. No entanto, alguns meses que antecederam o primeiro encerramento das reduções, as vendas de produtos alcançados com tais medidas obtiveram aumentos expressivos, como é o caso dos eletrodomésticos da linha branca, materiais para construção, automóveis e caminhões novos. Se não houvesse tal medida, as quedas nas vendas em geral seriam catastróficas, em especial a redução nas vendas de veículos novos, o qual certamente proporcionaria uma acentuada baixa nas arrecadações dos estados e municípios, pois o volume dos impostos sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) tenderia a ser significativamente menor.

Figura 4: Produção brasileira de auto/veículos de 2005 a 2010



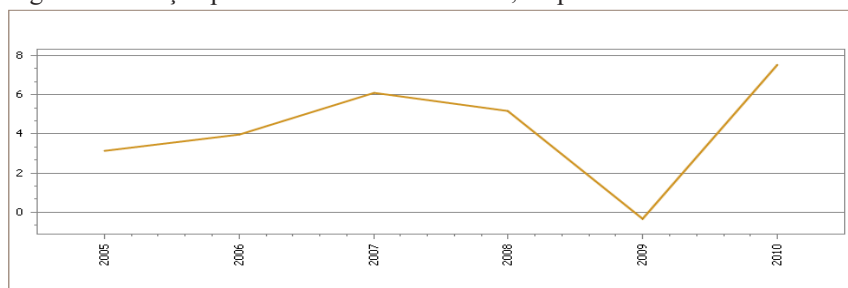
Fonte: IPEADATA, 2011.

Conforme a figura 4, a produção brasileira de auto/veículos apresentou certa estabilidade, com tendência ao crescimento. No entanto, percebe-se que em meados de 2008, a crescente produção passa a sofrer com os reflexos da então crise internacional, reduzindo assim, sua produção de forma significativa. Todavia, na medida em que o governo brasileiro identifica o declínio na produção deste setor, passa a aplicar um pacote de medidas, como a redução do IPI, a qual viabilizou o reaquecimento da produção automobilística, mediante o incentivo à demanda interna, possibilitando o imediato crescimento, atingindo patamares semelhantes aos anteriores da crise.

Ainda é possível estimar que tal redução do IPI possibilitou a manutenção de aproximadamente 60 mil empregos diretos e indiretos, o que propiciou uma aceleração no consumo doméstico, punccionando a economia brasileira para

longe de uma possível recessão e, ainda, fazendo acreditar em um importante crescimento econômico. No entanto, o Brasil, por sua vez, demonstrou regular crescimento durante os anos de 2009 e 2010, tendo saído da marca de -0,6% em 2009, alcançando a incrível marca de 7,5% em 2010, conforme o gráfico demonstrado abaixo:

Figura 5: Variação percentual do PIB brasileiro, no período de 2005 a 2010



Fonte: IPEADATA, 2011.

Portanto, os resultados alcançados mediante as medidas já mencionadas, propiciaram uma visível aceleração do desenvolvimento econômico brasileiro, possibilitando um aquecimento em vários setores da economia.

No quadro 1 apresenta-se uma ligeira comparação de períodos que antecederam a crise, somados as ações adotadas pelo governo, e por fim os resultados dessas medidas.

Quadro 1: Principais medidas estímulo adotadas pelo governo brasileiro

SETOR	CRISE	AÇÃO DO GOVERNO	RESULTADOS
Construção Civil	Queda da produção industrial de insumos da construção civil, de outubro de 2009 a fevereiro de 2010.	Aumento de R\$ 7 milhões para R\$ 25 milhões no limite de empréstimos para compra de materiais de construção, estimulando o consumo do setor.	Aumento da produção industrial de insumos da construção civil.
Veículos	Queda das vendas reais de veículos, motocicletas, nacionais a partir de Julho.	Aumento da oferta de crédito para os setores. Redução do IPI para carros 1.0, e IOF para financiamentos para motocicletas.	Tendência de aumento nas vendas de veículos e motocicletas, de janeiro a outubro de 2009.
Agricultura	Queda na produção de máquinas agrícolas a partir de outubro de 2008.	Antecipação de crédito de R\$ 5 bilhões para financiamento das Safras agrícolas.	Aumento do volume produzido propiciando valores competitivos.
Linha Branca	Queda das vendas no varejo durante os meses de outubro a dezembro.	Redução do IPI para a linha de fogões, geladeiras, lavadoras e tanques. Disponibilização de R\$ 2 bilhões de crédito para fomento do setor.	Aumento das vendas, e conquista de recorde no ano de 2009.

Fonte: Ministério da Fazenda, 2011.

O que se percebe nesses dados é que após todas essas considerações e medidas adotadas pelo governo brasileiro, percebe-se que esse coopera de forma direta e precisa para uma redução do impacto da crise mundial em sua economia, o que, por sua vez, tem proporcionado ao sistema econômico, uma condição real e sustentável de crescimento e desenvolvimento, sobressaindo-se a outras economias de âmbito global, despertando ainda mais interesses destes em designar mais recursos para uma economia totalmente favorável para novos investimentos e resultados.

4.3 Considerações finais

O presente trabalho traz a conhecimento dados referentes à crise de 2008, originada nos Estados Unidos, devido ao crescimento exacerbado do mercado imobiliário, o qual viria a gerar uma incrível bolha econômica, vindo a repercutir em toda a economia mundial, inclusive no Brasil.

No entanto, a economia brasileira já precavida de tal circunstância, tem a iniciativa de aplicação de políticas econômicas importantes. Mas, em especial é possível observar o papel das políticas monetária, fiscal e cambial, extremamente propícias para o então período, uma vez que, tais medidas realizadas em determinados setores resultaram numa fuga estratégica do então período recessivo.

Sabe-se, porém, que toda medida aplicada tende a acarretar resultados, podendo ser eles considerados positivos ou negativos. No caso da economia brasileira, as medidas adotadas no período, em especial a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados, o IPI, o que somada com as facilidades de crédito, propiciaram um crescimento consideravelmente elevado para vários setores, como por exemplo, o automobilístico, que desde então vem rompendo marcas históricas de vendas dentro do setor. Assim, é possível destacar que com o aumento na produção de veículos automotores, cresce também o valor arrecadado do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), verba esta direcionada para a manutenção de estradas e rodovias do país, gerando assim, um crescimento no número de trabalhadores empregados para atender tal necessidade.

Outra necessidade a ser suprida foi a demanda das fábricas em atender o aquecimento generalizado que se espalhou em boa parte do mercado brasileiro, o qual por sua vez resulta em um efeito dominó, em que se aumenta o número de empregados, propiciando aumento do poder de compra dessa população, e assim, condiciona a outros setores também serem beneficiados de forma direta, o que por sua vez é denominado pelos economistas de efeito multiplicador.

Nesse sentido, o Brasil, apesar de não ter ficado imune aos efeitos da crise internacional, apresentou um bom desempenho em comparação a vários países, em termos de atividade econômica, pois respondeu bem ao choque adverso

da contração da liquidez internacional e da recessão mundial.

Tal foi a resposta brasileira frente à crise econômica global, que o desempenho bem-sucedido da atividade econômica interna foi acompanhado de melhorias gerais nas condições sociais, como a queda na pobreza e melhoria na distribuição de renda do País.

Assim, cabe destacar que o desafio para o Brasil, neste momento, é garantir que a recuperação da crise seja sustentável e que as taxas de crescimento econômico permaneçam fortes a médio e longo prazo. Para tanto, embora o país apresente muitos setores de ponta, é necessário que aumente as suas taxas de investimento, melhorando assim sua estrutura física e social, a fim de sustentar e desenvolver determinados setores, afastando-se assim das exportações de commodities para o crescimento econômico.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, L. et al, Org. **Crise financeira global: mudanças estruturais e impactos sobre os emergentes e o Brasil**. Brasília: Ipea, 2011.

ASSUNÇÃO, M. C. **Política fiscal e a crise econômica internacional: incentivos fiscais e desenvolvimento econômico: a função das normas tributárias indutoras em tempos de crise**. 2010. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/premio_TN/XVPrêmio/politica/MHpfceXVPTN/Tema_3_MH.pdf. Acesso em 31 abr. 2016.

BELLUZZO, L. G.; CARNEIRO, R. **Antes do vendaval: Um diagnóstico do Governo Lula antes da crise política de 2005**. De autoria de: DIAS, Márcia Ribeiro; PEREZ, José Manuel Santos. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2006.

BRITO, P. **Economia brasileira: planos econômicos e políticas econômicas básicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ESCÓSSIA, C. **Política cambial**. Disponível em: <[http:// www.carloescossia.com.br](http://www.carloescossia.com.br)>. Acesso em: 30 abr. 2016.

FARIA, H. F. **A intervenção do estado na economia**. São Paulo, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

HILLBRECHT, R. **Economia Monetária**. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Índices Econômicos**. Brasília, DF: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 09 dez. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Ipeadata Macroeconômico**. Brasília, DF: IPEA, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 09 dez. 2015.

JORGE, C. T.; MARTINS, N. M. **Política fiscal e desaceleração da economia brasileira no governo Dilma (2010-2012)**. 2013. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/2013/TD_IE_013_2013.pdf. Acesso em: 28 mai 2016.

LANZANA, A. E. T. **Economia brasileira: fundamentos e atualidades**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Economia brasileira: fundamentos e atualidades**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LEITE, J. A. A. **Macroeconomia: teoria, modelos e instrumentos de política econômica**. São Paulo: Atlas, 1994.

LOPES, L. M. **Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário**. 2. ed. São Paulo, 2000.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Indicadores de política econômica**. Brasília, DF: MF, 2011. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>> Acesso em: 09 dez. 2015.

MOREIRA, T. B. S.; CARVALHO JÚNIOR, A. C. C. **Revista Economia e Desenvolvimento**. Recife (PE), v. 12, n. 1, 2013.

ROSSETTI, J. P. **Introdução a economia**. 18. ed. São Paulo: Atlas S.A. 2000.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos da economia**. 2 ed. São Paulo, 2004.

WALSH, C. E. et al. **Introdução à macroeconomia**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.